

**X Encontro de Pós-graduação
em História Econômica**

Virtual

**8ª Conferência Internacional
de História Econômica**

9, 10, 11 e 12 de novembro

2020

**A expansão da agroindústria canavieira paulista
em conexão com a política de especialização
primária brasileira entre 2000 e 2010**

Bruno Giovani Chequin

**X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência
Internacional de História Econômica**

**A expansão da agroindústria canavieira paulista em conexão com a política
de especialização primária brasileira entre 2000 e 2010**

*The expansion of the São Paulo sugarcane agribusiness in connection with the
Brazilian primary specialization policy between 2000 and 2010*

Bruno Giovanni Chequin¹

Resumo

Esse artigo procura dimensionar, no contexto nacional e regional, a expansão da agroindústria canavieira paulista observada entre 2000 e 2010, conectando esse movimento à ascensão de uma articulação política voltada para um aprofundamento da inserção brasileira no comércio exterior através especialização primária. Considerando que no decorrer da primeira década do séc. XXI, as empresas do setor encontraram um ambiente político e econômico favorável à retomada da produção alcooleira, além de um cenário promissor para o mercado de açúcar, relacionado ao aquecimento da demanda mundial. Vale destacar a atuação do BNDES como instrumento da política governamental que foi decisivo para alavancar a produção setorial.

Palavras-chave: agroindústria canavieira paulista; especialização primária; produção alcooleira; açúcar; BNDES.

Abstract

This article seeks to scale, in the national and regional context, the expansion of the São Paulo sugar cane agroindustry observed between 2000 and 2010, connecting this movement to the rise of a political articulation aimed at deepening the Brazilian insertion in foreign trade through primary specialization. Considering that during the first decade of the 21st century, the sector companies found a political and economic environment favorable to the resumption of alcohol production, in addition to a promising scenario for the sugar market, related to the global demand warming. It is worth highlighting the performance of the BNDES as an instrument of government policy that was decisive in leveraging sectorial production.

Keywords: *São Paulo sugarcane agroindustry; primary specialization; alcohol production; sugar; BNDES.*

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Econômica da FFLCH/USP sob a orientação do Prof. Dr. Guilherme Grandi.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

1- Introdução

Na década de 2000, testemunhou-se um novo arranjo da economia brasileira que promoveu uma forte expansão do comércio exterior, assentada no crescimento das exportações primárias com relativa redução das exportações dos produtos industrializados. Tal fato está relacionado com a forma pelo qual o Brasil procurou se inserir na nova divisão internacional do trabalho, a partir de 2000, condicionado pela necessidade em contornar as graves consequências que a crise cambial de 1999 trouxeram para a economia nacional, evidenciando a histórica dependência do país aos recursos externos (DELGADO, 2010, p.112).

Delgado (2010) explica que, após 1999, observou-se uma reestruturação de um virtual pacto da política econômica brasileira, promovendo a articulação da acumulação de capital no setor rural como a política de Estado, viabilizando a expansão das cadeias agroindustriais, do sistema de crédito público e do mercado de terras, frente ao crescimento robusto da demanda de “commodities” dos mercados mundiais.

Nessas circunstâncias, entre 2000 e 2010, registrou-se uma grande expansão do setor sucroenergético nacional, motivada por fatores internos e externos. No âmbito interno, o estímulo ao setor ganhou impulso com a emergência dos veículos bicomustíveis (movidos tanto a gasolina quanto a etanol hidratado) no mercado automobilístico, somado ao aumento da taxa de mistura do etanol anidro à gasolina (GIANBIAGI, 2011) e (BACCARIN, 2005). No cenário externo, as empresas do setor encontraram um quadro promissor, tanto pelos preços vantajosos do açúcar no mercado mundial (BACCARIN, GEBARA e FACTORE, 2009), como pelas grandes perspectivas de exportação do álcool como combustível, fato decorrente da obrigatoriedade estabelecida por vários países em adicionar álcool à gasolina (GIANBIAGI, 2011), (TETTI, 2002) e (CONAB, 2008).

Isso posto, o objetivo geral desse artigo é mensurar a expansão recente do setor agroindustrial canavieiro paulista, ocorrido entre 2000 e 2010, relacionando-a com o modelo de inserção externa adotado pelo Brasil, após 1999, fortemente apoiado na articulação de uma política voltada para especialização primária do comércio exterior brasileiro, em resposta à crise cambial de 1999 e o consequente agravamento do desequilíbrio estrutural das transações externas.

Portanto, na primeira parte do texto, dimensiona-se o avanço do setor agroindustrial canavieiro paulista que no período foi fortemente favorecido tanto pela retomada da produção alcooleira, desta vez em novas bases, com maior articulação e

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

participação de mais segmentos econômicos, sociais e políticos, como também pelos preços vantajosos alcançados pelo açúcar em razão do aquecimento da demanda mundial. Ressalta-se que o referido avanço foi, em grande medida, viabilizado pelo novo arranjo da economia brasileira, pautado no avanço das exportações primárias, com intensificação das políticas de estímulo à ampliação das cadeias agroindustriais e amparada por créditos públicos.

Desse modo, para a compreensão do nexo entre o avanço vigoroso da produção agroindustrial canavieira de São Paulo com a nova orquestração da política econômica nacional, apoiada no incremento das exportações primárias, assim como do novo ambiente institucional que se configurava, a partir de 2000, toma-se por referência o trabalho de Delgado (2010), além de outros autores como: Macêdo (2011), Baccarin, Gebara e Factore (2009) e Tsunechiro et. al. (2012). Paralelamente infere-se a retomada do dinamismo pelo setor agroindustrial canavieiro paulista, após a desregulamentação governamental ocorrida durante a década de 1990, cujos resultados apontam para o aumento expressivo da produção de cana, açúcar e etanol (MAPA, 2007) e (MAPA, 2015).

Já na segunda parte desse trabalho, em face à nova disposição da política econômica nacional já mencionada, propõem-se discorrer sobre a conformação dos recursos financeiros que patrocinaram a expansão produtiva da agroindústria canavieira nacional, de modo geral, e de São Paulo em particular. Para tanto recorre-se ao texto dos autores Borges e Costa (2011) que discute a instrumentalização do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), como sendo uma ferramenta de suma importância para a oferta de financiamento às empresas do setor. Além dos empréstimos do BNDES, alguns autores apontam que ocorreram também outras formas de captação de recursos por essas empresas. Dentre as mais relevantes vale destacar: a abertura de capitais de alguns grupos do setor, o lançamento público de ações na Bolsa (PITTA, 2016), a intensificação do processo de fusões e aquisições (F&A) (BACCARIN, GEBARA E FACTORE, 2009), e o aumento crescente da presença do capital estrangeiro, especificamente após a segunda metade da década de 2000 (GUEDES E GIANOTTI, 2009).

E por último, nas considerações finais, realiza-se uma breve análise a respeito dos resultados alcançados pela agroindústria canavieira paulista, entre 2000 e 2010, como parte de um movimento mais amplo do arranjo político e econômico, marcado por uma

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

orquestração, cuja realização promoveu a inserção do país dentro da nova divisão internacional do trabalho, alicerçada na especialização primária.

2- O impacto da nova conjuntura política e econômica para o setor agroindustrial canavieiro, de 2000 a 2010

É oportuno memorar que no final de 1998, conforme Delgado (2010, p. 113), uma crise de liquidez internacional abalou a economia brasileira, acarretando uma fuga de capitais que obrigou o governo a alterar o regime cambial vigente. Foi nesse cenário que a política de ajuste externo passou por modificações. Com a crise cambial de 1999, o déficit da Balança de Pagamentos se agravou, registrando acentuada perda de Reservas em moeda estrangeira. Mediante essa situação era preciso que o Brasil buscasse gerar saldo comercial positivo nas suas transações com o exterior, e a opção aparentemente mais fácil, naquele momento, seria buscar uma solução que decorresse do bom desempenho dos setores primários exportadores, como havia ocorrido anteriormente na crise da dívida de 1982. Para alcançar tal propósito, a política de comércio exterior foi sendo modificada durante o 2º governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), cuja estratégia se voltou para gerar saldos de comércio exterior a todo custo, visando cobrir o déficit da Conta Corrente.

Olhando para a agroindústria canavieira nacional, importa relatar que as empresas desse setor passaram por uma profunda reestruturação ao longo da década de 1990, após o movimento de desregulamentação governamental, culminando com a liberalização dos preços de todos os seus produtos. Esse processo ocorreu em ciclos que foram influenciados por diferentes fatores. Com efeito, a liberalização dos preços setoriais causou impactos importantes na competitividade e na coordenação dessa cadeia produtiva, emergindo uma nova dinâmica na evolução dessa agroindústria nacional, que foi notadamente protagonizada por uma significativa expansão na região centro-sul do país, onde as produtividades agrícola e industrial são superiores às do nordeste (MACÊDO, 2011, p.23).

Já no início do séc. XXI, o Estado brasileiro passa tratar com prioridade o agronegócio dentro da agenda da política macroeconômica externa e da política agrícola interna (DELGADO, 2010, p. 113). Convém esclarecer que para o autor o termo agronegócio, numa concepção brasileira, configura uma aliança entre o grande capital

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

agroindustrial e a grande propriedade fundiária, que opera num arranjo econômico de capital financeiro, almejando o lucro e a renda da terra, com o apoio do Estado.

De fato, a partir de 2001 e ainda mais após 2003, uma série de medidas governamentais associada a uma nova conjuntura interna e externa criaram condições para a recuperação do dinamismo do setor agroindustrial canavieiro do país. Assim, merece destaque que no campo institucional foram aprovadas leis² que estabeleceram uma tributação maior para a gasolina em relação ao álcool combustível, consequentemente aumentando a competitividade do último. Também estava previsto que uma parcela dos valores arrecadados poderia ser utilizada tanto para subsidiar preços, estocagem e transporte do álcool, como para a equalização de custos da cana de açúcar entre as regiões produtoras (BACCARIN, 2005, p. 206-208).

Além das alterações institucionais aqui referidas, ocorreram mudanças na conjuntura mundial que favoreceram o mercado para os produtos da agroindústria canavieira, contribuindo sobremaneira para o melhor desempenho do setor.

Importa destacar que nos anos 2000 testemunhou-se o crescimento da importância da economia chinesa no mundo, acompanhada por outros países asiáticos e, em específico, da Índia, fazendo com que centenas de milhões de pessoas tivessem acesso ao mercado de consumo de massas e dessa forma abria um horizonte de expansão para muitos de nossos produtos básicos com algum grau de elaboração no qual o Brasil tinha alguma vantagem comparativa. Para se ter uma ideia, em 2010, a demanda chinesa sobre nossas exportações havia alcançado um percentual de 15%, enquanto nossas exportações para os Estados Unidos diminuíram para menos de 10% do total, um resultado que refletia, em parte, as mudanças geopolíticas ocorridas no período (GIANBIAGI, 2011, p. 225-227).

Salienta-se aqui que a opção primário exportadora, forçada pela crise cambial de 1999, foi favorecida pelo aumento da receptividade do comércio mundial a partir da década 2000, fomentado pela China, como foi mencionado. Assim, na composição da pauta das exportações brasileiras durante a década de 2000, destacam-se os seguintes

² Em 19 de dezembro de 2001 foi aprovada a Lei 10.336 que instituiu a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE). Conteúdo da publicação da Lei 10.336: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10336-19-dezembro-2001-428889-publicacaooriginal-1-pl.html>. Em 13 de maio de 2002 foi aprovada a Lei 10.453 (conhecida como lei do álcool). Conteúdo da publicação da Lei 10.453: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2002/lei-10453-13-maio-2002-452545-normaactualizada-pl.html>.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

produtos: soja, milho, açúcar, álcool, carnes (bovina e de aves) e celulose de madeira, que somado aos produtos minerais apresentaram forte crescimento e dominaram a pauta das exportações brasileiras entre 2000 e 2010 (DELGADO, 2010, p.114).

É de se considerar que a estratégia de fomentar o agronegócio teve seu início no 2º governo FHC, mas foi reforçada e aprofundada no 1º governo Lula, atingindo resultados macroeconômicos aparentemente promissores, notadamente no período de 2003 a 2007, quando os valores dessas exportações geraram vultosos saldos comerciais, tornando o saldo da Conta Corrente superavitária. Contudo, em 2008, durante o 2º governo Lula, o desequilíbrio externo voltou a ficar crítico, fato que tornou débil o argumento da via primária como resposta estrutural para o desequilíbrio externo. Um problema que, segundo o autor, é decorrente da própria escolha pela política de exportações primárias como solução conjuntural/estrutural para o comércio exterior, e que pretensamente resolveria a questão do déficit em Conta Corrente (DELGADO, 2010, p.114). Nesse sentido o sucesso aparente da solução exportadora significará na primeira década do século XXI uma quadruplicação do seu valor em dólares, o valor médio anual das exportações de 50,0 bilhões de dólares no período 1995/99 cresce para cerca de 200,0 bilhões no final da década de 2000, mas o grande campeão dessa evolução é a categoria dos produtos básicos, que salta de 25% da pauta para 45% em 2010.

No caso específico do álcool, a conjuntura externa contribuiu, em boa medida, para estimular a sua produção no âmbito nacional. Giambiagi (2011) explica que:

No que se refere aos biocombustíveis, eles se tornaram muito relevantes no debate mundial na década de 2000, devido à combinação de três fenômenos. Um, o repique dos preços do petróleo na década, flertando frequentemente com o nível de US\$ 100, em claro contraste com os níveis baixos de preço que perduraram durante muitos anos, o que estimulou a procura de fontes alternativas. Dois, a crescente percepção de que o mundo padecia de um “risco ambiental” associado a uma civilização excessivamente poluente. E três, a preocupação, exacerbada após os atentados terroristas de 2001 nos EUA e a intervenção norte-americana na Guerra do Iraque, com o fato de que os grandes produtores de petróleo se encontravam em países vistos, sob a ótica das potências ocidentais, como problemáticos. (GIAMBIAGI, 2011, p. 277)

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Como resultado do aumento dos preços do petróleo somado a questões ambientais³, alguns países⁴ adotaram como regra a adição do álcool à gasolina, o que acarretou um grande impulso às exportações brasileiras de álcool.

Esse avanço, pode ser constatado pelo salto que ocorreu nas vendas externas do álcool brasileiro, quando se coteja os resultados dos anos 2000 e 2007, observa-se que o primeiro período registrou um volume de 227,26 milhões de litros enquanto o segundo apresentou um volume bem superior, de 3.532,67 milhões de litros, um crescimento bastante expressivo da ordem de 1.454,46% (CONAB, 2008, p. 29).

No que tange a demanda interna do álcool, o fenômeno que mais contribuiu para o aquecimento do seu mercado foi o lançamento no Brasil, em 2003, dos veículos *flex-fuel* (automóveis que poderiam ser abastecidos com álcool e/ou gasolina)⁵. Em 2010, a produção nacional de veículos *flex* registrou uma participação de 80,1% em relação ao total (ANFAVEA, 2014, p.62), com efeito, o consumo nacional de álcool combustível atingiu um volume de 23,2 bilhões de litros em 2010, sendo que desse total quase 70% era álcool hidratado (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA AGROENERGIA, 2012, p. 52).

Em paralelo ao aquecimento da demanda pelo álcool, testemunhou-se a evolução do mercado externo de açúcar que contou com o câmbio favorável às exportações

³ A partir dos anos 1980 as questões relativas ao aquecimento global, efeito estufa e mudança climática passaram a ocupar um lugar de destaque nas preocupações ambientais de diversos países. Com o objetivo explícito de mitigar a emissão de gases responsáveis por causar o efeito estufa, foi aprovada no Japão em 1997 uma proposta concreta para o início do processo de estabilização das emissões de gases do efeito estufa. Uma abordagem mais aprofundada a respeito do Protocolo de Kyoto e a sua relação com o setor agroindustrial canavieiro nacional pode ser consultada em Tetti (2002, p.199-212).

⁴ Com relação ao aumento da demanda externa pelo álcool combustível nacional nos anos 2000 a Conab (2008, p.25-31) relata sobre os países que iniciam a introdução desse novo combustível na matriz energética e quais foram as suas diferentes motivações (ambiental, econômica e estratégica) além de estabelecer importância relativa dessas razões que varia de acordo com os interesses locais.

⁵ De acordo com a Conab (2008, p.5-6), o lançamento dos veículos bicompostíveis foi, em parte, o resultado da preocupação de preservar o álcool como um combustível alternativo para os consumidores brasileiros, fazendo com que o governo e o setor produtivo buscassem alternativas para além das eventuais políticas de recuperação do prestígio dos veículos movidos a álcool, considerando a enorme desconfiança do consumidor desse combustível face à experiência negativa do passado (risco de descasamento entre as necessidades de consumo e a capacidade de produção). A saída encontrada pelos agentes públicos e privados envolvidos na discussão foi patrocinar o lançamento do veículo tipo *flex-fuel*. Para tanto, os técnicos oficiais das áreas afins da gestão da política alcooleira argumentaram junto a área fazendária do governo federal que era necessário fazer uma taxaçoão federal do novo tipo de veículo menor que de seus congêneres movidos a gasolina. Desse modo o consenso obtido levou a que o decreto federal regulamentando a matéria fosse publicado em julho de 2002 e, em março de 2003, foi feito o lançamento comercial do primeiro veículo dessa classe.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

brasileiras do produto entre 2001 a 2004 (BACCARIN, GEBARA e FACTORE, 2009, p. 1). Já em 2006, os preços internacionais do açúcar ultrapassaram os US\$300,00/t (MAPA, 2007, p. 60). Como resultado, o volume das exportações brasileiras de açúcar que já vinha num movimento crescente atingiu um número excepcional de 28 milhões de toneladas em 2010⁶.

Cumprir reiterar que o aumento das nossas exportações do açúcar somado ao crescimento da demanda alcooleira, nos patamares acima relatados, exigiu do setor nacional uma resposta à altura que implicava necessariamente numa expansão notável da sua capacidade produtiva.

Nesse sentido, o avanço da produção agrícola da cana de açúcar no país foi primordial para sustentar essa expansão. De acordo com os dados do MAPA (2007, p.41-49) (2015, p.93-96), na safra 2010/11 o estado de São Paulo processou 145,7% de cana a mais do que em 2000/01, na região Centro-Sul esse crescimento foi de 173,1%, enquanto no Brasil aumentou girou em torno de 144,8%. Os números indicam que a expansão foi maior na região Centro-Sul, não obstante o setor paulista respondeu isoladamente por 57,9% do processamento nacional de cana de açúcar na safra de 2010/11.

Não é de se admirar que a cana de açúcar, no decorrer da década de 2000, se destacava como sendo o principal produto da agropecuária paulista. Assim, em 2010, a participação da cana no valor total da produção florestal e agropecuária do estado chegou a representar 43,6% desse total e no ano seguinte atingiu os 44,3% (TSUNECHIRO et al, 2012, p. 5).

Outro reflexo do avanço da produção canavieira em São Paulo, foi a evolução da área em hectares (ha) de cana colhida. Entre os anos 2000 e 2009, conforme o Ipea⁷, a área colhida com cana no estado saltou de 2,48 milhões de hectares para 4,78 milhões, um crescimento de 92,7% em nove anos. Com relação ao percentual de participação paulista no total da área nacional colhida com cana, verificou-se um aumento do ano 2000 (51,7%) para 2009 (55,4%).

⁶ O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) apresenta a compilação dos dados referente à quantidade das exportações brasileiras de açúcar, através do site: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>.

⁷ O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) apresenta os dados da área total colhida de cana em hectares por estado no Brasil e pode ser consultada através do site: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

No que tange ao volume da produção alcooleira nacional, entre 2000/01 e 2010/11, registrou-se um crescimento da produção total de álcool (anidro e hidratado) em São Paulo, no Centro-Sul e no Brasil da ordem de 141,8%, 184,4% e 162,1%, respectivamente (MAPA, 2007, p.41-49) e (MAPA, 2015, p.93-96). Tais índices apontam que no estado de São Paulo o aumento foi menor, não obstante a participação paulista na produção brasileira total de álcool permanecia alta na última safra (perto de 56,0%). Chama a atenção que quando analisados separadamente, o aumento da produção do álcool hidratado foi muito mais expressivo que do anidro (MAPA, 2007, p.41-49) e (MAPA, 2015, p.93-96). Tal fato é significativo pois permite depreender que a demanda nacional de álcool hidratado (substituto da gasolina) foi primordial para alavancar a produção alcooleira. Comparando as três regiões, o estado de São Paulo registrou um acréscimo de 270,7%, um aumento menor que do Centro Sul (336,9%) e do Brasil (296,0%), mas aqui também concentrou a maior parte da produção nacional.

No que se refere ao açúcar, segundo os números levantados pelo MAPA (2007, p.41-49) e (2015, p.93-96), entre as safras 2000/01 e 2010/11, o crescimento da produção açucareira no estado de São Paulo foi de 146,4%, enquanto o Centro-Sul apresentou um avanço de 169,2% e o país como um todo elevou sua produção em 137,6%. Contudo, na última safra do período (2010/11), a produção paulista de açúcar foi responsável por 61,7% da produção de todo o país.

Para finalizar o tópico, é importante considerar que o estado de São Paulo contava com um conjunto de características favoráveis que agregava as condições necessárias para cumprir com êxito a expansão da sua capacidade produtiva setorial⁸, fundamentalmente em novas regiões⁹. Por conseguinte, os números exibidos acima

⁸ A expansão do setor paulista encontra explicações em Olivette et al (2011, p.47) quando afirmam que o estado de São Paulo reúne as condições ambientais e climáticas favoráveis ao cultivo da cana e ao grau de concentração de sacarose; outro fator que contribui é a dinâmica organizacional e tecnológica que envolve a produção agrícola e industrial do estado. Nesse contexto, não surpreende que 92% das novas áreas de produção e das novas usinas estão sendo instaladas no estado de São Paulo e em regiões dos estados vizinhos como Paraná, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, além de Goiás.

⁹ Segundo Olivette et al (2011, p.50), em 2000 a área plantada nas regiões consideradas pelos autores de tradicionais (Piracicaba, Ribeirão Preto, Jaboticabal, Limeira, Jaú, Catanduva e Araraquara) era equivalente a cerca de 48% do total plantado em todo o estado, em 2009 esse percentual caiu para 32% da área plantada. Essa mudança encontra referências no início da década de 2000 e na expansão da cultura nas chamadas *novas áreas*. Embora a produção paulista de cana-de-açúcar se encontra presente em praticamente todas as regiões do estado de São Paulo, as novas áreas agrupam regiões que já abrigavam lavouras de cana e outras onde a produção estava reservada em pequenas áreas. A dinâmica de expansão das lavouras paulistas de cana-de-açúcar encontra abrigo fundamentalmente na região oeste do estado.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

evidenciam que a agroindústria canavieira paulista foi capaz de responder à crescente demanda de álcool e açúcar no período, ampliando consideravelmente a sua produção, reafirmando a posição de primazia de São Paulo dentro do setor agroindustrial canavieiro nacional.

3- O financiamento do setor agroindustrial canavieiro e a relevância do BNDES

Nos dados arrolados acima evidenciou-se um vertiginoso crescimento da produção do setor na região Centro-Sul de um modo geral e no estado de São Paulo em particular, entre as safras de 2000/01 e 2010/11, período marcado pelo aumento expressivo do volume de cana processada para a produção de açúcar e etanol.

Esse avanço setorial, conforme foi aludido na seção anterior, estava inserido num contexto que promoveu o relançamento do agronegócio, voltado para gerar saldos positivos do comércio com o exterior, promovendo um rearranjo da agricultura capitalista no país. Foi dentro desse quadro que os agentes empresariais da agroindústria canavieira nacional de modo geral e da paulista, em particular, encontraram um ambiente político e econômico favorável que possibilitou o acesso aos recursos financeiros que viabilizaram a sua expansão.

É pertinente salientar que, se por um lado, a liderança que o setor agroindustrial canavieiro de São Paulo exerce no âmbito nacional, encontra explicação no dinamismo adquirido ao longo da sua trajetória, que aqui ficou evidenciado pela sua capacidade em responder rapidamente às demandas colocadas pelo contexto do período (2000 a 2010). Por outro, é igualmente verdadeiro que essa expansão se concretizou na medida em que a conjuntura apresentava as condições internas e externas que condicionaram a sua materialização.

Tal movimento foi acompanhado do aumento gradual da presença de grandes corporações nacionais e transnacionais no setor sucroenergético, mediante investimentos no processo de F&A, na implantação, ampliação e modernização de unidades produtivas, simultaneamente à adoção de sistemas científico-tecnológicos nos segmentos agrícola e industrial (SANTOS, 2018, p. 114).

Essa nova dinâmica conduziu os grupos empresariais do setor sucroenergético de maneira a atuarem estrategicamente para alavancar a sua capacidade de obtenção de crédito com o propósito de fomentar a produção. Isso se deu de diversas formas (bancos,

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

F&A com grupos nacionais, transnacionais e fundos de investimentos, abertura de capital em bolsa de valores, mercado futuro de mercadorias) (SANTOS, 2018, p.125).

Dentre as mais relevantes, cabe destacar a expressiva oferta de linhas de crédito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Não obstante, tal ocorrência foi acompanhada da abertura de capitais de algumas empresas do setor paulista através do lançamento público de ações na Bolsa de Valores (PITTA, 2016, p. 122), assim como da intensificação do processo de fusões e aquisições (F&A) (BACCARIN, GEBARA E FACTORE, 2009, p. 7), ao mesmo tempo testemunhou-se o aumento crescente da presença do capital estrangeiro (GUEDES E GIANOTTI, 2009, p. 56-59).

Importa ressaltar que o crescimento da participação de capitais oriundos de mercados financeiros foi estimulado pelas seguidas ações do governo brasileiro, principalmente através dos empréstimos do BNDES. Os recursos provenientes desse banco ocuparam um papel central na expansão recente do setor. Para se ter uma ideia, nos oito anos do governo Lula, a soma do valor desembolsado pelo banco aos usineiros alcançou R\$ 28,2 bilhões. Apenas em 2010, foram R\$ 7,4 bilhões, dos quais R\$ 953 milhões foram destinados ao cultivo de cana, R\$ 5,6 bilhões para fabricação de açúcar e álcool, os R\$ 665 milhões restantes para a cogeração de energia. É relevante o fato de que, naquele ano, o valor do repasse ao setor sucroenergético nacional foi superior ao destinado para segmento da indústria do papel, celulose e extrativista juntas, assim como de mais três outros setores da economia: mecânica, metalurgia e têxtil e vestuário¹⁰.

No que diz respeito às linhas de financiamento do BNDES, Silva (2017, p.77) explica que merecem destaque duas linhas de financiamento voltadas exclusivamente para o setor agroindustrial nacional: o Programa de Apoio à Renovação e Implantação de Novos Canaviais (BNDES Prorenova) e o Programa de Apoio ao Setor Sucroenergético (BNDES Pass). O Prorenova é direcionado para a renovação e implantação de novos canaviais, em vista da continuidade da produção. Enquanto o BNDES Pass é dirigido para financiar o processo de estocagem de etanol, e contempla todas as usinas, destilarias, cooperativas de produtores e empresas de comercialização de etanol cadastradas na Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

¹⁰ Reportagem de Venceslau Borlina Filho, 26 fev. 2011. Revista IHU on-line. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/40982na-era-lula-usineiros-receberam-mais-de-r-28-bi-do-bndes>. Acessado em: 13 mai 2019.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

A autora complementa que a agroindústria canavieira nacional também se beneficia com outras linhas de financiamentos ofertados pelo BNDES que não são exclusivamente voltadas ao setor. Dessa forma, através do BNDES Finem e, especificamente, pela “Linha de apoio a Agropecuária”, o setor busca o financiamento para aquisição de equipamentos e outros investimentos que visam a modernização e o aumento da capacidade produtiva dos empreendimentos. Ademais, um segmento desse programa agrega especificamente as atividades sucroenergéticas que financia equipamentos, implantação e renovação de canaviais (SANTOS, 2017, p.78).

No âmbito processual, as operações de empréstimos do banco se realizam de duas maneiras diferentes: operações diretas e operações indiretas. As operações diretas são aquelas realizadas com valor acima de R\$ 20 milhões e que exigem uma análise prévia e avaliação do projeto em questão pelo banco. Já as operações indiretas são aquelas executadas através de uma instituição financeira credenciada ao BNDES assumindo os riscos da operação e com autonomia para impor os limites que achar necessário para concretizar um financiamento. Conforme o caso as operações indiretas podem ser automáticas ou não automáticas, as primeiras dispensam a avaliação prévia do BNDES, enquanto as segundas não (SANTOS, 2017, p.79).

De acordo com Borges e Costa (2011, p.75), entre os anos 2001 e 2008, os desembolsos do BNDES foram dirigidos para o setor nacional distribuídos em dezenove finalidades: aquisição e recuperação de máquinas agrícolas, capital de giro, capitalização institucional financeira, cartão BNDES, desenvolvimento de mercado de capitais, desenvolvimento social, desenvolvimento tecnológico, expansão produtiva, financiamento de compra de máquinas/serviços, implantação de unidades produtoras, meio ambiente; modernização, pós-embarque, pré-embarque, racionalização, reestruturação social, refinanciamento, realocização, social corporativo.

Vale salientar que os desembolsos do BNDES destinados à modernização, racionalização, expansão, financiamento de compra de máquinas e serviços e implantação são os únicos que estiveram presentes todos os anos, além de se destacar pelo volume desembolsado, posicionando-se respectivamente em 4º, 7º, 3º, 1º e 2º lugar. Essas cinco categorias de financiamentos concentraram, no período, cerca de 95,5% do total de recursos disponibilizado pelo banco (BORGES E COSTA, 2011, p.77).

Ademais, os três tipos de financiamento com maior quantidade de desembolso (compra de máquinas e serviços, implantação de unidades produtivas e expansão),

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

concentravam 92,7% do total dos valores destinado para esse setor nacional, no período de 2001 a 2008 (BORGES E COSTA, 2011, p.77 e 78).

Quando se considera a participação do estado de São Paulo no volume de desembolsos distribuídos pelo BNDES, é significativo que, entre 2001 e 2008, o estado recebeu isoladamente 65,7% do total, sendo que os 34,3% restantes foram distribuídos para as demais unidades federativas, com destaque para os seguintes estados: Goiás (10,5%), Paraná (7,9%), Minas Gerais (7,2%) e Mato Grosso do Sul (4,8%) (BORGES E COSTA, 2011, p.83).

Tais resultados evidenciam que a expressiva ampliação da capacidade produtiva do setor sucroenergético paulista ocorrida nos anos 2000, foi amplamente beneficiada pelos desembolsos por parte do governo por intermédio do BNDES. A explicação para essa tendência pode estar relacionada com concentração da atividade sucroalcooleira em São Paulo, que abarca a maior extensão de área cultivada e, portanto, de cana processada, conforme exposto anteriormente. Em outras palavras, as vantagens da sinergia operacional resultado da economia de escala e escopo do setor paulista canalizaram os recursos distribuídos pelo BNDES contribuindo para o reforço e manutenção da concentração da atividade naquele estado.

Paralelamente aos desembolsos efetuados pelo BNDES, observou-se também que alguns grupos do setor recorreram ao mercado de capitais lançando suas ações na bolsa de valores. Sobre esse assunto, Pitta (2016) descreve que a abertura do capital de uma empresa com o lançamento público de ações em bolsa de valores, aumenta o número de sócios e com o capital por estes aportados viabiliza a sua expansão, ao mesmo tempo que abre a possibilidade para a empresa ampliar seus rendimentos provenientes da valorização do preço de suas ações no mercado de capitais, nesse último caso amplia também a capacidade de captação de crédito (endividamento da empresa), no que tange à agroindústria canavieira, são relativamente poucos os grupos que possuem capital aberto em bolsa de valores no Brasil. Dentre eles: a Cosan S/A, maior grupo brasileiro, a Bioserv S/A, a Copersucar S/A, a Tereos S/A, e a São Martinho S/A (PITTA, 2016, p.122 e 123).

Importa elucidar que de acordo com Santos (2018, p. 125), a abertura de capital das grandes corporações em bolsa de valores possibilita a participação de instituições e investidores financeiros (fundos de investimentos, fundos de pensão, sociedades de seguros etc.) na composição acionária. Tal fato exerce influência direta na condução das decisões e estratégias das companhias, ou seja, na sua governança corporativa, segundo interesses puramente financeiros. Dentre essas estratégias, estão os novos investimentos

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

e negócios que reduzam custos, aumentem a competitividade e maximizem os lucros das empresas, favorecendo a sua expansão e elevando o valor de ações e títulos. A busca de ganhos em novos ramos e as operações de F&A (fusão e aquisição) junto a outras empresas menos eficientes no mercado é uma das ações que permitem valorizar os ativos da companhia (o que dá a elas maior capacidade de adquirir crédito e reinvestir na expansão).

Vale dizer que a crise financeira de 2008 promoveu modificações relevantes no padrão que delineava a expansão das empresas do setor em anos anteriores. O fato é que, em anos imediatamente anteriores à 2008, diversas usinas obtiveram ganhos tomando empréstimos em dólar no exterior a juros mais vantajosos que os nacionais. Enquanto o dólar permaneceu desvalorizado em relação ao real, os empresários de setor aproveitavam para especular com derivativos cambiais. Entretanto, com a reversão dessa tendência e a valorização do dólar em relação à moeda brasileira, muitas usinas quebraram (MENDONÇA, PITTA E XAVIER, 2012, p. 4).

Não é por acaso que o investimento estrangeiro no setor se intensificou posteriormente a crise mundial de 2008. Conforme a reportagem do jornal O Globo (2013)¹¹, os estrangeiros foram atraídos a investir no setor pela alternativa mundial do álcool como combustível limpo, e pela crise que afetou as empresas do setor pertencentes a tradicionais famílias, especialmente em 40 municípios no entorno de Ribeirão Preto, que produz 60% da produção nacional. Somente nos quatro anos anteriores a 2013, 42 usinas de açúcar e álcool tiveram que fechar suas portas. No entanto, muitas foram adquiridas pelo capital internacional.

Nessa mesma reportagem é relatado que em 2012 as companhias estrangeiras foram responsáveis de por 33% da produção brasileira de açúcar e etanol. Em 2010, a participação era de apenas 12%. Em 2006, quando o processo de internacionalização começava a se solidificar, a presença dos estrangeiros estava restrito em 3%.

Ademais, quase 60% das principais operações de F&A, entre 2008 a 2011, ocorreram com a participação de grupos internacionais de diversas origens (europeia, estadunidense, chinesa e indiana) (MACÊDO, 2011, p. 60).

Conforme Pitta et. al. (2014, p. 12), o aumento da participação do capital estrangeiro na agroindústria canavieira nacional se processou, em grande medida,

¹¹ Para maiores informações, ver reportagem do jornal O Globo: Estrangeiros são a nova geração de usineiros. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/estrangeiros-sao-nova-geracao-de-usineiros-8232513>. Acesso em 14 mai. 2019.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

caracterizado pela aliança entre setores tradicionais do agronegócio com empresas petroleiras, automotivas, de biotecnologia, mineração, infraestrutura e fundos de investimento. Esse autor sustenta que estas empresas se associaram à oligarquia agrária, que por sua vez se beneficiou da expansão do capital no campo e do abandono de um projeto de reforma agrária.

Para além dos recursos financeiros que foram direcionados para o setor agroindustrial canavieiro, cuja participação do Estado se revelou essencial, através da atuação do BNDES, importa ainda assinalar que tal atuação estava inserida num movimento maior, que eram as estruturas mercantis financeiras constituídas no início do sec. XXI. Tais estruturas foram o resultado de uma sequência de mudanças na economia mundial ao longo do tempo.

Segundo Pitta (2016, p.42) o ponto de inflexão se deu a partir dos anos 1970, após um processo global, que ficou conhecido como “financeirização” do capitalismo. Fenômeno que fomentou uma mudança no padrão de reprodução do capital na economia, cuja dinâmica passou a se realizar numa proporção cada vez maior na esfera financeira em detrimento da produção de bens e serviços (descolamento do dinheiro da materialidade da produção capitalista).

Assim, foram criados produtos financeiros especulativos que expandiram a capacidade de gerar dinheiro por parte do sistema financeiro e de sua alavancagem, contribuindo para que houvesse imensa liquidez internacional, assim como exponencial aumento dos endividamentos (MENDONÇA, PITTA E XAVIER, 2012, p. 13).

E encerrando essa seção, Pitta (2016, p.43) esclarece que a expansão dos negócios com títulos de ações, mercadorias, dívidas, índices e taxas, associada ao aumento da capacidade dos bancos por meio da oferta de crédito atender as demandas por dinheiro para tais negociações, ampliou-se a oportunidade das especulações com rendimentos futuros que por sua vez influenciam diretamente nos preços presentes dos ativos. Desse modo, o impulso à capacidade de criação de dinheiro por parte do sistema financeiro gerou aumento exponencial dos endividamentos, culminando com a crise financeira mundial de 2007/08 que deve ser compreendida como resultado de um aumento excessivo da oferta de dinheiro enraizada num processo de inflação dos ativos.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

4- Considerações Finais

Esse trabalho preocupou-se em analisar os dados sobre a evolução da agroindústria canavieira no estado de São Paulo, de 2000 a 2010, procurando mensurar a dimensão de sua expansão no contexto nacional e regional, vinculando seus resultados ao modelo de política econômica adotada que privilegiou a especialização primária da produção nacional, notadamente a partir de 1999, com o amparo de políticas governamentais, materializadas, em larga medida, na oferta dos créditos provenientes do BNDES disponibilizados ao setor agroindustrial canavieiro nacional.

Os dados apurados no intervalo em questão demonstraram que essa agroindústria ampliou sobremaneira sua produção de cana, álcool e açúcar, com destaque para a região Centro Sul como um todo. Contudo, é de se considerar o fato de que, na safra de 2010/11, a agroindústria canavieira paulista respondeu isoladamente por mais da metade da produção de todo o setor nacional. Revelando que a atividade setorial se manteve fortemente concentrada no estado de São Paulo.

Identificou-se também que a elevação da produção do setor agroindustrial canavieiro se deu em sintonia com a conjuntura que se desenhou, a partir do início dos anos 2000, cuja orientação política e econômica nacional estava voltada para o aprofundamento da inserção brasileira no comércio exterior através especialização primária associada com o capital financeiro globalizado.

Verificou-se que os empréstimos obtidos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ocuparam um papel central para financiar a ampliação da capacidade produtiva do setor no intervalo em questão. Aqui cabe ressaltar que o estado de São Paulo recebeu mais de 60% do total dos recursos liberados pelo banco, entre os anos 2001 a 2008, evidenciando que tais desembolsos contribuíram para reforçar a concentração dessa atividade econômica no estado. Isso explica, em parte, que, ao longo dos anos 2000, a cultura da cana manteve a sua posição de destaque como o principal produto agropecuário produzido no estado.

Além dos empréstimos do BNDES, constatou-se que as empresas utilizaram de outros mecanismos do sistema financeiro para alavancar recursos. Assim verificou-se a abertura de capitais com o lançamento público de ações na Bolsa de Valores e a intensificação do processo F&A acompanhada pelo aumento crescente da presença do capital estrangeiro.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

O fato é que todos esses arranjos e estratégias voltadas para a expansão da agroindústria canavieira, faziam parte das estruturas mercantis financeiras no início do sec. XXI, inseridos num movimento global de “financeirização” do capitalismo

Por fim, uma leitura possível a respeito das condições que contribuíram para a vigorosa expansão da agroindústria canavieira nacional descrita nesse trabalho, com a manutenção e reforço da concentração produtiva setorial no estado de São Paulo, se deve ao fato de que tal dinâmica faz parte de um movimento mais abrangente que se vincula ao papel assumido pelo Brasil na nova divisão internacional do trabalho constituída a partir de 2000, e que privilegiou a especialização primária da produção nacional dentro da lógica da acumulação mundial, cuja reprodução do capital passou a se concentrar cada vez mais na esfera financeira da economia (financeirização).

FONTES PRIMÁRIAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Lei 10.203 de 22/fev/2001*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10203-22-fevereiro-2001-350417-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 18 maio 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Lei 10.336 de 19/dez/2001*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10336-19-dezembro-2001-428889-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 20 maio 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Lei 10.453 de 13/mai/2002*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2002. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2002/lei-10453-13-maio-2002-452545-normaactualizada-pl.html>. Acesso em 20 maio 2018.

BIBLIOGRAFIA

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FABRICANTES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES (ANFAVEA). *Anuário da Indústria Automobilística Brasileira*. São Paulo: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, 2014. Disponível em <http://www.virapagina.com.br/anfavea2014>. Acesso em 18 junho 2018.

BACCARIN, José Giacomo. *A desregulamentação e o desempenho do complexo sucroalcooleiro no Brasil*. 2005. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP.

BACCARIN, José Giacomo; GEBARA, José Jorge; FACTORE, Cíntia Oliva. *Concentração e Integração Vertical do Setor Sucroalcooleiro no Centro-Sul do Brasil, entre 2000 e 2007*. *Revista Informações Econômicas*. São Paulo, v.39, n.3, p. 17-28, 2009. Disponível em <http://www.iea.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/IE/2009/tec2-0309.pdf>. Acesso em 20 abril 2018.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

BORGES, Ana Claudia Giannini; COSTA, Vera Mariza Henriques de Miranda. Distribuição dos desembolsos do BNDES no setor sucroenergético no Brasil. *Estudos Geográficos: Revista Eletrônica*. Rio Claro-SP, v.9, n.2, p. 73-88, 2011. Disponível em <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/issue/view/906>. Acesso em 10 maio 2019.

BORLINA FILHO, Venceslau. Na era Lula, usineiros receberam mais de R\$ 28 bi do BNDES. *Revista do Instituto Humanitas Unisino on-line*. São Leopoldo-RS, 2011. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/40982na-era-lula-usineiros-receberam-mais-de-r-28-bi-do-bndes>. Acesso em 13 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA). *Anuário Estatístico da Agroenergia 2007*. Brasília: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, 2007. Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/agroenergia/balanco-nacional-da-cana-de-acucar-e-agroenergia-2007>. Acesso em 10 março 2018.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA). *Anuário Estatístico da Agroenergia 2014*. Brasília: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, 2014. Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/agroenergia/pasta-anuario-estatistico-da-agroenergia/anuario-estatistico-da-agroenergia-2014.pdf>. Acesso em 28 março 2018.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). *O Etanol como um Novo Combustível Universal: Análise Estatística e Projeção do Consumo Doméstico e Exportação do Etanol Brasileiro no Período 2006 a 2011*. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2008. Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/agroenergia/arquivos-etanol-como-um-novo-combustivel-universal-conab/o-etanol-como-um-novo-combustivel-universal-conab.pdf>. Acesso em 25 junho 2018.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA). Departamento da Cana-de-Açúcar e Agroenergia, 2017. *Tabela de Comparação da Produção Sucroalcooleira no Brasil*. Brasília: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, 2017. Disponível em http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/agroenergia/arquivos-producao/copy2_of_07a_anocivilanosafra.pdf. Acesso em 28 março 2018.

BRASIL. Ministério da Economia. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). *Ipeadata*. Brasília: Ministério da Economia, 2018. Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 27 março 2018.

DELGADO, Guilherme Costa. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. *Desenvolvimento em Debate*. Rio de Janeiro, v. 1, nº 2, p. 111-125, 2010. Disponível em http://desenvolvimentoemdebate.ie.ufrj.br/pdf/revista_dd_1.pdf. Acesso em 20 jan. 2020.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

GIAMBIAGI, Fábio. “Rompendo com a Ruptura: O Governo Lula (2003-2010)”. GIAMBIAGI, Fábio; CASTRO, Lavinia Barros de; HERMANN, Jennifer (Orgs.). *Economia brasileira contemporânea (1945-2010)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GUEDES, Sebastião Neto Ribeiro; GIANOTTI, Lucas Eduardo. A presença recente e algumas consequências do investimento estrangeiro direto (IED) na agroindústria canavieira brasileira. *Informações Econômicas*. São Paulo, v.39, n.5, p. 51-61, 2009. Disponível em <http://www.iea.sp.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=10487>. Acesso em 28 fevereiro 2018.

MACÊDO, Fernando dos Santos. A reestruturação do Setor sucroenergético no Brasil uma análise do período entre 2005 e 2011. 2011. Dissertação de Mestrado. Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

MENDONÇA, Maria Luisa; PITTA, Fábio Teixeira; XAVIER, Carlos Vinicius. A agroindústria canavieira e a crise econômica mundial. *Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*. São Paulo, 2012. Disponível em <https://www.social.org.br/relatorioagrocombustiveis2012.pdf>. Acesso em 12 maio 2019.

NEVES, Marcos Fava; CONEJERO, Marco António. *Estratégias para a Cana no Brasil: Um Negócio Classe Mundial*. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

O Globo. Economia: Estrangeiros são a nova geração de usineiros. 30 de abril de 2013. Disponível em <https://oglobo.globo.com/economia/estrangeiros-sao-nova-geracao-de-usineiros-8232513>. Acesso em 14 maio 2019.

OLIVETTE, Mario Pires de Almeida et al. Evolução e Prospecção da Agricultura Paulista: Liberação da Área de Pastagem para o Cultivo da Cana de Açúcar, Eucalipto, Seringueira e Reflexos na Pecuária, 1996-2030. *Informações Econômicas*. São Paulo, v. 41, n. 3, p.47-52, 2011. Disponível em <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/publicacoes/IE/2011/tec4-0311.pdf>. Acesso em 10 março 2018.

PITTA, Fábio Teixeira. As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008. 2016. Tese Doutorado. São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PITTA, Fábio Teixeira et al. Empresas Transnacionais e Produção de Agrocombustíveis no Brasil. *Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*. São Paulo, 2014. Disponível em <https://www.social.org.br/index.php/pub/revistas-portugues/172-empresas-transnacionais-e-producao-de-agrocombustiveis-no-brasil.html>. Acesso em 12 maio 2019.

SANTOS, Henrique Faria. Oligopolização e financeirização do setor sucroenergético brasileiro no século XXI. *Revista de Geografia*. Recife, v. 35, n° 2, p. 113-133, 2018. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia>. Acesso em 11 maio 2019.

**X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência
Internacional de História Econômica**

TETTI, Laura Maria Regina. “Protocolo de Kyoto: Oportunidades para o Brasil com base em seu Setor Sucroalcooleiro - Um pouco da História da Questão Mudanças Climáticas e Efeito Estufa”. MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de; SHIKIDA, Pery Francisco Assis. (Orgs.). *Agroindústria Canavieira no Brasil: Evolução, Desenvolvimento e Desafios*. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

TSUNECHIRO, Alfredo et al. Valor da Produção Agropecuária e Florestal do Estado de São Paulo em 2011. *Análises e Indicadores do Agronegócio*. São Paulo, v. 7, n. 4, p. 1-7, 2012. Disponível em <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/AIA/AIA-18-2012.pdf>. Acesso em 20 março 2018.